

A MEMÓRIA ESCRITA DOS PROFESSORES INTELLECTUAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: UM RECURSO POSSÍVELⁱ

LA MEMORIA ESCRITA DE LOS PROFESORES INTELLECTUALES EN VITÓRIA DA CONQUISTA: UN RECURSO POSIBLE

Daniela Moura Rocha de Souza

Universidade de Campinas (UNICAMP)
Bolsista da Capes
danyopera@yahoo.com.br

Lívia Diana Rocha Magalhães

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
lrochamagalhaes@gmail.com

Resumo

O presente texto é um recorte da pesquisa sobre a memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 e 1945 que foi desenvolvida no curso de mestrado do PPGMLS, onde por meio da revisita ao campo da memória, nos deparamos com a memória escrita, compreendendo-a como variante da memória social, pensada na sua perspectiva de recurso teórico de pesquisa, que nos possibilitou nortear o nosso objeto de estudo, primeiramente com a revisita a este conceito e depois com a construção do campo da memória dos professores intelectuais a partir da documentação escrita levantada, cotejada e analisada.

Palavras-chave: Escrita da Memória; Intelectuais Mestres; Republicanismo.

Resumen

Este texto forma parte de una investigación sobre la memoria de los maestros intelectuales e interlocutores republicanismo en Vitória da Conquista entre los años

1910 y 1945 se desarrolló en PPGMLS curso del maestro donde a través de revisita el campo de la memoria en enfrentado con la escritura de la memoria, entendiéndola como una variante de la memoria social, pensado en su perspectiva de la investigación teórica de recursos, lo que nos permitió guiar a nuestro objeto de estudio, primero en revisar este concepto y luego construir el campo de la recuerdo de intelectuales profesores de la documentación escrita planteada, cotejada y analizada.

Palabras clave: Escritura de la Memoria; Intelectuales Maestros; Republicanismo.

1. Introdução

As discussões em torno da memória, pensada na sua perspectiva de recurso teórico analítico, nos possibilitou nortear o nosso objeto de estudo e indagar sobre a memória escrita, construída acerca de dados professores que compõem nomes de ruas, escolas e recebem destaque quanto a suas posições de homens interlocutores do republicanismo na cidade.

A partir da revisita das abordagens que dão sustentação as teorias da memória, passamos a organizar o corpus empírico, elegendo sujeitos que cronologicamente conviveram os mesmos espaços entre as décadas de 1910 e 1945, para em seguida analisar a documentação escrita encontrada sobre e produzida por eles.

Assim, tomamos a categoria de professor intelectual na perspectiva de definir os professores que, além da sala de aula, participavam ativamente e coletivamente das discussões políticas e culturais da conjuntura no qual faziam parte, mas, também, podemos considerar que há possibilidade de identificar a posição intelectual desses professores, na terceira posição de intelectuais apresentada por Gramsci (s/d), como a de difusores de ideologias, uma vez que não criaram ideias novas, nem se tornaram revolucionários e sim interpretavam o que estava sendo construído e discutido nacionalmente e regionalmente, adequando essas ideias à realidade local, o que não deixa de ser importante, uma vez que as especificidades locais modulavam dinâmicas próprias da realidade, dando o caráter singular da cidade em relação às demais.

2. Uma breve revista à teoria da Memória

A memória, divinizada e sacralizada na Grécia Arcaica como *Mnemósyne*, (VERNANT, 1990), sempre esteve presente nos diversos períodos da humanidade, porém, a partir do advento da modernidade, especificadamente no século XIX, ela adquire o caráter de fenômeno e objeto do conhecimento científico, através dos estudos realizados, primeiramente por estudiosos da mente como Hermann Ebbinghausⁱⁱ (ROSENFELD, 1994; SANTOS, 2003), Freudⁱⁱⁱ (1948), entre outros, que se debruçavam nos mecanismos de funcionamento da mente e, em seguida, pelas ciências humanas, principalmente pelos filósofos e sociólogos, contemporâneos daqueles.

A preocupação das ciências sociais do século XIX com as reciprocidades e interdependências dos seres em sociedade apresentou como grande teórico o sociólogo francês Émile Durkheim (2001). Este se preocupou em estabelecer um método que melhor adequaria o fenômeno social ligado à moralidade e à ordem, sendo a consciência coletiva a síntese das interdependências, como assim considerava. A partir de então, começa a aproximação do objeto da memória com as teorias de classificações, postuladas pelas ciências sociais desse período, que teve amplitude maior na França.

Dentre os grandes fundamentalistas e teóricos da memória do século XIX, podemos destacar o filósofo francês Henri Bergson (1999), que se debruçou na subjetividade da memória, compreendendo que a vida (material) subordina o intelecto humano (razão), pretendendo, assim, superar o dualismo entre a matéria (percepção pura) e o espírito (memória pura). Contudo, o sociólogo francês durkheimiano, Maurice Halbwachs (2006), no começo do século XX, já relacionava a memória com os grupos sociais de maneira sistemática, propondo a noção de memória coletiva, se referindo às memórias de grupos que reconstróem o passado, a partir de seus interesses presentes, concluindo que toda lembrança é sempre lembrança coletiva, e rejeitando qualquer estudo que separasse o indivíduo das construções sociais. Desde então, o caráter social da memória passou a ser pesquisado e teorizado, tendo no psicólogo inglês, Frederic Bartlett, em meados do século XX, a elaboração de uma teoria da memória a partir de uma perspectiva psicossocial. Para Manzi (2007), foi Bartlett que propôs uma teoria, apontando que a memória era sempre construtiva e não apenas reproduzida, o que significa dizer que as recriações da mesma têm dimensão

coletiva, que se intensifica a partir das instituições sociais e características culturais de grupos, os quais determinam as formas de recordações.

De um modo geral, quando recordamos experiências vividas, ficamos com a impressão de que as reconstruções que fazemos do passado são estritamente pessoais. Essa maneira de conceber a memória foi contestada pelos dois citados intelectuais clássicos que tratam do tema, os quais estabeleceram, no começo do século XX, bases teóricas que rejeitavam qualquer separação entre memória e sociedade. Eles definiram memória como sendo uma construção social, e demonstraram que os indivíduos não são vistos como seres isolados, e sim em constante interação uns com os outros, a partir de estruturas sociais determinadas (SANTOS, 2003, p. 33).

A partir da elaboração das teorias acima citadas, ampliaram-se os debates e discussões sobre a memória enquanto objeto epistemológico, que abarcando uma multidisciplinaridade científica (psicologia, neurologia, biologia, ciências sociais, filosofia, história, antropologia^{iv} etc.), inseriu a memória, no século XX, atrelada ao medo da amnésia, aos estudos da coletividade, aos conflitos sociais e políticos da contemporaneidade, em que diversos grupos buscam sua identidade, principalmente, a partir da década de 1970. Nesse período, os estudos sobre memória vão se voltar às histórias de vida de grupos e de indivíduos (NORA, 1993), sendo esta também considerada como um instrumento de poder, através dos mecanismos de manipulação das lembranças e esquecimentos coletivos (LE GOFF, 1996).

Assim sendo, os estudos da memória retornaram com muita força nos últimos anos, como sendo uma necessidade do presente, para que não percamos a identidade e continuemos vivendo, conforme deduziu Aróstegui (2004), frente ao avanço da máquina substituindo o vivido, e a globalização que, cada vez mais, impõe uma cultura hegemônica sobre as demais.

Hannah Arendt (1997, p. 31)^v diante do quadro relatado por ela, sobre as mudanças proporcionadas pelo mundo pós-guerra, mundialização desenfreada, e substituição da tradição (testamento/memória) pelo fenômeno de globalização, afirma que:

[...] sem testamento – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece, e, portanto, humanamente falando, nem passado, nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade; por nenhum testamento o haver legado ao futuro. A perda, talvez inevitável em termos da realidade política,

consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que aconteceu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento retiveram o tesouro nas palmas de suas mãos; em suma, os próprios vivos. Isso porque a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é imponente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo. Assim é que os primeiros a fracassarem no recordar como era o tesouro, foram precisamente aqueles que o haviam possuído e o acharam tão estranho que nem sequer souberam como nomeá-lo. Na ocasião, isso não os incomodou; não conheciam seu tesouro, mas sabiam muito bem o significado do que faziam e que este estava acima da vitória e da derrota: a ação que possui sentido para os vivos somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdam e questionam. A tragédia não começou quando a liberação do país como um todo destruiu, quase automaticamente, as pequenas e imperceptíveis ilhas de liberdade que, de qualquer forma, já se encontravam arruinadas, mas sim quando desapareceram mentes para herdar e questionar, pensar e lembrar.

A perspectiva adotada por Arendt (1997) é de que a submissão do homem, a mecanização, a perda de sentido por conta de sua individualização, o imediatismo do presente e a perda dos elos entre passado e presente aparecem como principais características da prisão moderna. A memória, nesta perspectiva, se perderia no mundo da informação, processo esse que veio, segundo ela, se constituindo a partir da substituição do artesão pelo operário de fábrica, com seu trabalho mecânico e repetitivo, desvinculando o tempo das experiências de vida, uma vez que o tempo se torna autônomo, regulado, controlando os passos de cada um, tudo isso somado à quebra dos vínculos das tradições, cada vez mais enfraquecidas, frente ao fenômeno de mundialização.

Dentre os teóricos que compartilham dessa perspectiva apresentada acima, está o historiador francês da 3ª geração dos *Annales*, Pierre Nora (1993), que parte da compreensão de que, atualmente, fala-se tanto em memória porque essa não existe mais, o que há são lugares onde a mesma se cristaliza de maneira esfacelada, se tornando história. Para o autor, enquanto que a memória é vida, presente, dinâmica, sempre carregada por grupos vivos, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, a história é uma reconstrução incompleta do passado.

No Brasil, os trabalhos que compreendem a memória numa perspectiva teórica mais abrangente, introduzindo novas perspectivas a esse campo, sobretudo da memória social, ainda são recentes, destacamos autores como: Myrian Sepúlveda dos Santos^{vi} (2003) e Celso Pereira de Sá^{vii} (2007a, 2007b), ambos professores da UERJ. Vale ressaltar que esses, apesar

de seguirem uma linha mais voltada para a representação – sendo que a primeira desenvolve pesquisas, priorizando os campos das ideias e da sociologia da cultura, e o segundo, o campo psicossocial da memória e representações sociais –, realizam atualmente, no Brasil, importantes pesquisas. Podemos até mesmo arriscar em dizer pesquisas inovadoras, dentro do campo da memória social, principalmente o segundo, compreendendo esta como uma categoria maior que abrange tanto as memórias particulares quanto as universais, ultrapassando os limites da oralidade, escrita, ou de seus lugares, porém, ambos reconhecendo a importância de Halbwachs como sendo o precursor do caráter social da memória.

Uma outra variável da memória social, muito pouco estudada é a chamada memória geracional, se destacando as pesquisas realizadas por Livia Diana Rocha Magalhães^{viii} (2007, 2011). Para a autora, a memória também está correlacionada com a experiência e a história de grupos, contudo, a mesma realidade de um dado grupo seria permeada por convivências entre contemporâneos e coetâneos. Os segundos compartilham hábitos e vivências comuns, entre si, ao participarem de um processo histórico comum, que formam uma memória geracional e, por sua vez, herdam ou compartilham experiências com os primeiros, ou seja, há um compartilhamento de estratificações de vivências e experiências que, em sua dialética, organizam os processos sincrônicos e diacrônicos que definem a memória social.

3. A Memória escrita de professores intelectuais em Vitória da Conquista

Tomando as abordagens acima, mas considerando, sobretudo, que pensar em grupos sociais que atuaram num determinado momento, gerando registros sobre ou registrando suas experiências, é nos remeter também a discussão sobre classes sociais, elementos culturais, disputas de interesses, e instituições localizadas num tempo, num espaço histórico, social e político, considerando o que se referia Halbwachs (2006) quando falava de quadro social, mas compreendendo que essa sociedade em seu dado estágio histórico se ampara numa convivência aparentemente coesa, mas também diversa, constituindo nos seus âmbitos de relações ações comuns, mas também contraditórias, conflitivas. Assim, nos apropriamos de fontes escritas, sobretudo de jornais que á época contavam com professores em sua redação ou ressaltavam as ações dos mesmos.

Na verdade, elegemos para o estudo o que denominamos de professores intelectuais de primeiras letras em Vitória da Conquista, entre a primeira e a segunda república brasileira, convencionalmente periodizada entre 1910 e 1945, sem perder de vista esse movimento

contraditório desses indivíduos em seus grupos sociais, e utilizando a teoria da memória como recurso teórico analítico para estudar professores que tiveram destaque em Vitória da Conquista, no interior da Bahia e que se constituem como interlocutores, em seus diversos matizes, do republicanismo que se instalava.

É importante destacar que consideramos o campo da memória escrita, uma variante da memória social (SÁ, 2007a), ou seja, os documentos escritos por determinados professores ou sobre eles, sobretudo, em jornais veiculados no período em foco, que vão compondo uma certa memória social sobre o professor, como representante, intérprete intelectual de uma sociedade que estava ordenando os velhos valores em novos para alavancar e colocar o país a altura do século XX, no que tange o discurso de modernização e progresso tão propagado desde então.

Como o próprio lema republicano implicava falar bem, escrever bem, ampliar a instrução, os agentes que proporcionariam isso seriam os professores, daí a ascensão social desses, possibilitando, inclusive, que os mesmos estivessem em outros espaços e adquirissem o *status* de intelectuais, ou então o contrário, uma vez que alguns profissionais começaram com a posição de intelectuais e se tornaram, também, professores.

Naquele momento, ser professor, de primeiras letras e/ou primário diante de uma sociedade que ainda não havia escolas na grande maioria dos Estados e Municípios do País, onde a imensa maioria da população era analfabeta, era portar *status*, por isso se tornaram referências na memória social. Quando se destacavam, eram reconhecidos como homens eminentes, intelectuais de uma época. Observamos que os professores que ganharam destaque na cidade de Vitória da Conquista neste período foram ao mesmo tempo redatores, poetas e políticos.

Era comum nos grupos de professores estudados, da primeira e segunda república, a referência ao ideal republicano, com isso ganharam espaços na imprensa, na política e na cultura (através de seus escritos), e *status* que possuíam perante a sociedade, lembrando que todos eram autodidatas, e considerados grandes intelectuais. A variabilidade individual consistia em que, mesmo formando um único grupo dentro de um mesmo partido político, havia momentos em que cada um caminhava em sentido diferente - eram todos republicanos, mas enquanto um idolatrava a figura de Vargas, como Laudionor Brasil, o outro admirava a de Prestes, como Camillo de Jesus Lima; um era mais pacífico nas críticas veiculadas nos jornais, como Ernesto Dantas, o outro mais agressivo, como Maneca Grosso; e ainda tinha

Euclides Dantas que, de todos, foi o que mais proferiu discursos exaltando as figuras locais e a cidade, tanto que era considerado o orador oficial dos momentos cívicos conquistenses, e o escolhido para compor o hino de Conquista.

A partir do cotejamento e análise dos dados, constatamos que as fontes escritas que nos dispomos a analisar, apresentam os professores de maneira muito positiva, quase heroica, algumas vezes endeusados, considerando que eles permanecem na memória da cidade como sendo grandes homens, pela intelectualidade, funções que ocupavam na sociedade, como também por terem sido homens que estiveram do lado político “certo”, ou seja, do lado do poder dominante. Isso nos permite considerar que, enquanto interlocutores do republicanismo que se efetivava na cidade - numa conjuntura em que várias correntes ideológicas estavam presentes por todo o país, das mais tradicionais, as mais radicais -, eles se posicionaram a favor da República, defendida pelos interesses de uma elite local e nacional, e/ou de uma camada média que ascendia se imbricando com a elite tradicional, sendo por sua vez portadores dos ideais liberais, positivistas, pelo menos no contexto de 1910 até 1945. Assim, nos foi permitido ver através da memória escrita como esses professores intelectuais eram exaltados, considerados.

Estamos em um contexto em que os ideais republicanos, teve como um de seus lemas a educação para todos, atrelado ao discurso do progresso da nação que fomentou a profissionalização do magistério e, por conseguinte, a valorização do professor intelectual enquanto formador de consciências e de cidadãos republicanos em nível nacional e local, no contexto da primeira e segunda república, assim, definimos para este estudo, a identificação da categoria do professor intelectual, como sendo aquela que designa professores que atuaram em diversos espaços públicos sociais, na imprensa, nas letras, na política etc., ao mesmo tempo, adquirindo respaldo social, sobretudo por sua atuação coletiva, representando os grupos sociais no qual faziam parte.

Desse modo, verificamos que dentre os intelectuais republicanos conquistenses que ascendiam socialmente nessa conjuntura, estavam professores, os quais, mesmo com formação escolar mínima, conseguiram, através do autodidatismo, frequentar outros espaços públicos e adquirir o *status* de intelectual, se destacando nos mesmos, seja como poeta, jornalista ou político, sem dúvida, pelo fato de ter angariado posição a partir de sua ação como professor, durante o período em foco (1910-1945).

4. Considerações finais

Tomando como referência o que denominamos “memória escrita” sobre os professores intelectuais, no período correspondente entre a primeira e segunda república, percebemos que o grande professor do século XIX e nas primeiras décadas do século XX se distinguia, dentre os demais, por saber ler e escrever, alfabetizando bem os alunos. Mas, sobretudo, por sua posição na sociedade onde atuava na qualidade de intelectual das letras. Já, a partir da década de 1930, um grande professor, além de saber ler e escrever, deveria possuir conhecimentos gerais e ensinar pelo menos o primário.

A partir das notícias de jornais e também de outros registros, podemos considerar os professores intelectuais conquistenses, nos espaços já mencionados por nós, como sendo aqueles que discutiram a educação na cidade, sendo então os mediadores das ideias que circulavam em nível nacional, difundindo, mesmo em suas contradições - além da modernização do ensino e fim do analfabetismo - o lema republicano de ordem e de progresso, de exaltação da nação e da moral cívica, tanto a Primeira República quanto a Segunda os unia nesse ideal.

Após o registro de todas as informações que consideramos pertinentes de serem mencionadas, extraídas das fontes que apresentamos, ficou patente que a memória escrita desses professores correspondem a um momento da história brasileira/baiana/conquistense de homens, frutos de seu tempo, que se destacam em suas atuações em dado período histórico, graças as expectativas de uma sociedade em processo de efetivação dos ideais republicanos em seus diversos matizes, mas direcionados pelo pensamento liberal.

Diante de um presente, que em geral, desvaloriza, desconsidera o professor de primeiras letras, é interessante observar que de certo modo, os professores desse passado continuam sendo exaltados como modelo até hoje, e é rememorado na cidade em nomes de ruas, entre outras comemorações. Mas, o professor de hoje, desvalorizado político e economicamente, continuam na memória social, como representantes dos ideais de uma sociedade da escrita, necessários e fundamentais a sociedade? O professor de primeiras letras, entre outros, tem a mesma visibilidade dos professores intelectuais do passado?

Enfim, analisando o contexto atual, o professor compõe um corpo profissional como outros frente ao fenômeno de divisão do trabalho, da fragmentação das suas condições de trabalho materiais e intelectuais, que, tudo indica, sobrevive da memória construída acerca de

sua representação social, muitas vezes servindo para a construção de discursos ideológicos, políticos, mas que dentro da realidade concreta, cotidiana de trabalho sem sempre é considerado.

Referencias

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. Coleção Debates.

ARÓSTEGUI, Julio: Historia del Presente e interacción generacional, In: **La historia vivida**. Sobre la historia del presente, Madrid, Alianza, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fortes, 1999.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção a obra prima de cada autor).

FREUD, Sigmund. Psicopatologia de la vida cotidiana. In: **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948. Vol II.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A trajetória das gerações brasileiras nascidas entre 1926 e 1975**: um perfil sociodemográfico. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

_____. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: **Revista HISTEDBR on line**. Campinas: UNICAMP, 2007. nº 28.

_____. **Memória coletiva e memória geracional**: uma análise teórica. Projeto de Pós-doutorado em Psicologia Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

MANZI, Jorge. A memória coletiva do golpe de Estado do Chile. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto & GONZALEZ, Maria F. (Org.) **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.
NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, dez 1993. n.º. 10.

ROSENFELD, Israel. **A invenção da memória**: uma nova visão do cérebro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007a. V. 20. Disponível em < www.scielo.br/prc >. Acesso em outubro de 2008.

_____. Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. In: **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis/SC: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2007b.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Cap. 2.

Notas

ⁱEsse texto é um recorte do nosso terceiro capítulo da dissertação de mestrado, intitulada “Memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945”, defendida em dezembro de 2009, sob a orientação da profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães.

ⁱⁱO interesse dos psicólogos pela memória no século XIX remontava às teorias darwinistas, através das concepções evolucionistas; desse modo, às primeiras investigações no campo epistemológico da memória, se orientaram na função da mesma enquanto aquisição, transmissão (por via hereditária) de esquemas de comportamento e reações orgânicas, ou seja, como uma faculdade fundada sobre bases fisiológicas. Quem mais se destacou, dentre os que pesquisavam o grau de absorção e conservação da memória, no referido século, foi o psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus (MONTESPERELLI, 2004, p.83).

ⁱⁱⁱFreud (1948) se contrapôs às noções estabelecidas pelos psicólogos e neurologistas do século XIX, que compreendiam que a memória estaria localizada em regiões funcionais do cérebro, formando centros mnemônicos para as diversas imagens captadas pelo organismo humano. Sem abandonar a noção de memória permanente, ele defendeu a ideia da memória enquanto inconsciente, uma vez que, para o autor, toda situação traumática e indesejável, sobretudo na infância, ficaria armazenada no inconsciente, vindo à tona nos sonhos, nos

rituais, nos lapsos, nas recordações etc. Ele exemplifica essa teoria na explicação do esquecimento de nomes e nos sonhos, na obra *Psicopatologia da vida cotidiana*.

^{iv}Candau (2002), na obra *Antropologia da Memória*, após realizar uma revisão teórica dos principais autores que discutiram a questão da memória, apresenta os campos da mesma que poderiam interessar aos antropólogos, que seriam: os meios mnemotécnicos, ampliação da memória e amnésia coletiva, elucidando que um dos desafios dos antropólogos da memória seria compreender que a mesma é objeto de uma luta no presente, porque certos grupos tentam se apropriar dela, e que não se deve confundir com uma exploração do passado, ainda que não se descuide desta dimensão, já que a memória, para ele, vive no presente, e que é preciso elucidar as manifestações contemporâneas desta faculdade humana. Bastante influenciado por Pierre Nora, Candau apresenta as categorias da memória que interessariam aos pesquisadores antropólogos, que seriam a mesma associada aos monumentos, patrimônios, amnésias, lugares/casas, relatos de vida, identidade, tradições, costumes, ritos e transmissão social.

^v A autora se refere ao processo de perda de tradição (ou testamento), no contexto dos finais da Segunda Guerra, citando como exemplo, uma grande crise sofrida na França nesse processo.

^{vi} Com pós-Doutorado na Universidade de Coimbra (2009) na *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux*, *Université de Paris V* (2001) e na *University of Cambridge* (2000), é professora adjunta de Ciências Sociais na UERJ. Dentre as pesquisas que desenvolve, estão a memória coletiva e a teoria social no Brasil..

^{vii} Com pós-Doutorado na *Université de Provence* (1996) e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2004), é professor titular de psicologia social na UERJ. Desenvolve, dentre outros, um projeto de pesquisa em sistematização da análise psicossocial da memória social brasileira.

^{viii} Magalhães (1999, p. 214) tenta analisar a incidência das políticas educacionais sobre determinados grupos de idade. Atravessando as décadas de vida, toma em sua análise a ótica da abordagem geracional, discussão que faz desde a tese de doutorado, 1999, quando, após realizar uma “radiografia” das características básicas que definem os sujeitos sociais das cinco gerações analisadas por ela, de 1926 até 1975, tais como trabalho, educação, gênero, religião, etc., observa as experiências comuns, à medida que esses grupos coetâneos envelheciam. Constatou, dentre outras coisas, que “o que se pode abstrair da chamada realidade comum, organizada por intermédio das idades e gerações, é a evidência de que, a partir da existência de jovens, adultos e velhos, historicamente localizados na sociedade, pode-se construir uma importante análise do desenvolvimento social como um fator de continuidade, de sobrevivência, das características de uma sociedade pela renovação geracional”.

Sobre as autoras

Daniela Moura Rocha de Souza

Doutoranda em Educação pela UNICAMP, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB, Membro dos grupos de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais; e História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR.

Livia Diana Rocha Magalhães

Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Grupo de estudo e pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio-Generacionais. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade.

